

## **PARECER Nº     , DE 2006**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, **em decisão terminativa**, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2005, que altera a Lei nº 8.443, de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, modificando a redação do § 1º do art. 55, que trata do sigilo das denúncias formuladas ao TCU.

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

### **I – RELATÓRIO**

Nos termos regimentais, vem à consideração desta Comissão, **em decisão terminativa**, o anexo Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2005, que altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, modificando a redação do § 1º do art. 55, que trata do sigilo das denúncias feitas ao Tribunal de Contas da União.

Ao justificar sua iniciativa, o nobre autor, Senador Pedro Simon, aduz as seguintes considerações:

O projeto assegura a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas da União, por meio do importante instrumento da denúncia popular, ao afastar eventual intimidação do cidadão que venha a ter conhecimento de irregularidade praticada em sua comunidade. O sigilo da autoria da denúncia garante a segurança pessoal contra eventuais represálias e é fator de inclusão social, alimentando a cidadania e o compromisso coletivo com a questão pública.

Por essa razão, é necessário que o cidadão, ao formular denúncia procedente, possa encontrar no TCU, órgão auxiliar do Congresso Nacional no mister do controle externo, a certeza de que sua

segurança pessoal e a de sua família estarão resguardadas, ficando afastados os temores de sanções, represálias ou ameaças.

## II – ANÁLISE

O constituinte de 1988, prestigiando o chamado controle social, em que se faculta ao cidadão o exercício direto da fiscalização do emprego dos dinheiros públicos, a par dos tradicionais controles interno (da repartição) e externo (do Congresso Nacional e do próprio TCU), consignou no Texto Fundamental no § 2º do art. 74 a regra de que “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades perante o Tribunal de Contas da União”.

A Lei nº 8.443, de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), ao regulamentar a matéria, dispôs:

**Art. 55.** No resguardo dos direitos e garantias individuais, o Tribunal dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria.

§ 1º Ao decidir, caberá ao Tribunal manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia.

A redação alvitrada estatui que, ao decidir, caberá ao Tribunal manter o sigilo do objeto e da autoria da denúncia, quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Assim, pela redação original cabe ao Tribunal, ao decidir, aquilatar da conveniência ou não de manter o sigilo quanto ao objeto e à autoria. Pela redação pretendida, o Tribunal deve manter o sigilo, quando for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Logo, o autor da

denúncia, que se quer preservar de pressões e de ameaças, ficou desamparado. Ora, segundo a justificação, é exatamente a figura do denunciante que se quer resguardar contra “eventuais represálias”.

Lembro que o debate foi travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), no bojo do Mandado de Segurança nº 24.405-DF, pois ali aconteceu algo inusitado: O sr. Eclides Ducan Janot de Matos foi denunciado ao TCU, o que gerou o processo administrativo TC nº 002.369/2001-8, e ao final não foram encontrados quaisquer ilícitos. Solicitando, então, a identificação do denunciante, tal pedido foi negado, pois o TCU, na forma do disposto no art. 55, “*dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria*” (art. 55). Decidindo, o Tribunal manterá “*ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia*” (art. 55, §1º).

Evidentemente no caso concreto julgado pelo STF, - e isto está claro no voto de todos os Ministros -, havia uma forte indicação de denunciismo irresponsável, daí porque se buscava a identificação do denunciante para que esse respondesse, por sua má-fé, perante os tribunais. Mas, por outro lado, é necessário cautela e prudência, pois a denúncia anônima é uma garantia da participação popular, que fomenta os cidadãos a participarem, criticamente, da vida política nacional, sem temor e medo de represálias. A rigor, a denúncia junto ao TCU não é anônima, pois relativamente ao poder público há uma identificação. O anonimato é uma proteção do denunciante contra represálias do denunciado.

De qualquer forma, o STF entendeu de declarar inconstitucional o dispositivo que aqui o senador Pedro Simon busca modificá-lo para, justamente, adequá-lo à Constituição Federal, inclusive levando em consideração as razões jurídicas expostas no julgamento do STF.

Por tais motivos, imaginamos que a proposta deve ser aprovada, mesmo porque está em conformidade com o disposto no art. 5º, inciso XXXIII da CF/88, que reza: *“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de sua interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, **ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**”*.

Portanto, haverá uma perfeita compatibilização em, por um lado, se resguardar a cidadania, no caso, ao se oferecer denúncias sem temor de represálias perante o TCU, pois estará assegurado o anonimato. E, por outro lado, o eventual denunciismo irresponsável ficará afastado, pois após a decisão do TCU, tal sigilo só será mantido, se, e somente se, for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Ora, a proteção ao denunciante que oferta denúncia correta, fruto do exercício da cidadania que protege o patrimônio público, é antes de tudo interesse da sociedade como um todo e, principalmente, dever de um Estado democrático de Direito.

Assim, a iniciativa poderá ser acolhida pelo Senado Federal, tendo em vista que é da competência privativa da União legislar sobre o tema (CF, art. 22, XXVII) por intermédio do Congresso Nacional (CF, art. 48) e o poder de iniciativa é concorrente (CF, art. 61, *caput*). Ademais, foi redigida em boa técnica legislativa e não contém eiva de injuridicidade.

### **III – VOTO**

Por tudo quanto foi exposto e justificado, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2005.

Sala da Comissão, 06 de dezembro de 2006.

**Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, Presidente**

**Senador ANTONIO CARLOS VALADARES, Relator**